Intellèctus
ISSN 1676-7640

Dossiê Histórias Africanas, pensamentos/ou culturas Afro-brasileiras e Ética Ubuntu

Coletivo Ação Zumbi - Trilhando Epistemologias Outras: Movimento Negro Educador, Filosofia Ubuntu e o Sentipensamento para uma Educação Antirracista

Ação Zumbi Collective - Tracing Other Epistemologies: Black Educational Movement, Ubuntu Philosophy and a Feeling-Thoughfulness for an Anti-Racist Education

Janaína Amorim da Silva
Doutora em Educação - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Brasil
Professora de História da Educação Básica da Rede Municipal de São José - Santa Catarina, Brasil
janainayemanja03@gmail.com
https://orcid.org/0000-0002-4608-3433

Elison Paim
Doutor em Educação - Universidade Estadual de Campinas, (UNICAMP), Brasil
Professor Permanente - PPGE e PROFHISTÓRIA - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Brasil
elison0406@gmail.com
https://orcid.org/0000-0002-7509-5572

Resumo: Mais do que simplesmente cumprir as legislações 10.639/03 e 11.645/08, uma educação antirracista exige modificar as epistemologias e metodologias, repensando nossa visão de educação, sociedade e sistema mundo. Nesse sentido, esse artigo deseja contribuir na construção de uma proposta de educação que esteja aberta a escuta e aprendizado com o movimento negro, valorizando epistemologias como a filosofia ubuntu e o sentipensamento. Na busca por uma experiência de educação antirracista, escolhemos pesquisar sobre e com o Coletivo Ação Zumbi, um coletivo negro, criado em 2003 que atua principalmente nas cidades catarinenses de Florianópolis e São José, onde foi precursor na promoção da igualdade racial através da arte, na valorização da cultura africana e afro-brasileira, revelando memórias contra-hegemônicas de origens afro-brasileiras, reencontrando e recontando a história do Brasil e de Santa Catarina.

Palavras-chave: Educação Antirracista; Coletivo Ação Zumbi; Ubuntu; Movimento Negro

Abstract: More than simply complying with legislation 10.639/03 and 11.645/08, anti-racist education requires changing epistemologies and methodologies, rethinking our vision of education, society and the world system. In this sense, this article was designed with the desire to contribute to the construction of an education proposal that is open to listening and learning from the black movement, valuing other epistemologies, such as ubuntu philosophy and feeling-thoughfulness. In the search for an anti-racist education experience, we chose to research about and alongside Coletivo Ação Zumbi, a black collective, created in 2003 that operates mainly in the Santa Catarina cities of Florianópolis and São José, where it was a pioneer in promoting racial equality through art, highlighting African and Afro-Brazilian culture, revealing counter-hegemonic memories of Afro-Brazilian origins, rediscovering and retelling the history of Brazil and Santa Catarina.

Keywords: Anti-Racist Education; Ação Zumbi Collective; Ubuntu; Black Movement

Artigo recebido em: 25 de fevereiro de 2024
Aprovado em: 16 de abril de 2024
DOI:10.12957/intellectus.2024.81697

Introdução

O presente artigo é um recorte da tese "Coletivo Ação Zumbi: Uma história de (re)existência e inspiração para uma educação antirracista e decolonial", defendida na Universidade Federal de Santa Catarina, no Programa de Educação. A escolha por estudar o Coletivo Negro "Ação Zumbi" surgiu da busca por uma experiência antirracista e decolonial de educação.

O Coletivo Ação Zumbi nasceu em 2003 entre duas cidades de Santa Catarina, Florianópolis, capital catarinense e a cidade vizinha São José, por três mulheres negras, Lelette Coutto, Margarete Vieira e Fernanda Souza, que atuavam no teatro, na dança, na música e na educação. Com a sua intervenção artística, o coletivo Ação Zumbi foi criando brechas, rompendo fronteiras geográficas, epistemológicas e artísticas, na pretensão de transgredir com o projeto hegemônico de invisibilidade da presença e atuação das populações negras na Grande Florianópolis, ao mesmo tempo que buscava ampliar as oportunidades aos artistas e as memórias negras contra-hegemônicas, que as cidades mantinham silenciadas.

Atualmente a associação é composta por mais de trinta membros, de maioria negra, com diferentes formações profissionais. Há quem seja da área do teatro, desde estudantes de graduação até mestres, além de dançarinas profissionais, cantores, professoras de educação física, pedagogas entre outras profissões.

As ações do grupo desde a sua criação, sempre assumiram um caráter pedagógico com suas reflexões, oferecendo uma educação para as relações étnico-raciais de maneira não formal, uma educação outra, tensionando o poder público a repensar suas políticas públicas educacionais e a incluir sujeitos até então excluídos ou pouco valorizados nas propostas curriculares, entrelaçando a história do Ação Zumbi com a educação formal da região, ao inserir possibilidades metodológicas outras, contribuindo assim para romper com a colonialidade dos currículos e práticas escolares, ainda presentes no século XXI.

Por educação formal nos referimos a educação escolar obrigatória e enquanto educação não formal, utilizo o conceito desenvolvido pela socióloga Maria da Glória Marcondes Gohn, que se refere aos processos pedagógicos voltados para formação em cidadania e emancipação social dos sujeitos; designando também "um conjunto de práticas socioculturais de aprendizagens e produção de saberes, que envolve organizações/instituições, atividades, meios e formas variadas, assim como uma multiplicidade de programas e projetos sociais" (GOHN, 2010: 33).

O Coletivo Ação Zumbi enquanto entidade classificada neste estudo como promotora de uma educação não formal, "ao agir social e politicamente, reconstrói identidades, traz indagações, ressignifica e politiza conceitos sobre si mesmo e sobre a realidade social" (GOMES, 2012: 735). As práticas coletivas dos movimentos sociais e artísticos negros, a exemplo do Ação Zumbi, assumem práticas e dinâmicas transgressoras e criativas, deixando como legado aprendizagens dissonantes que nos orientam a considerar pedagogias decoloniais1 e perspectivas de insurgência comunitária (MIRANDA; ARAÚJO, 2019).

Os espetáculos apresentados pelo coletivo Ação Zumbi revelam memórias de personagens históricos afro-catarinenses ou fragmentos do cotidiano e da cultura da população afrodescendente. Nesses fios de memórias trançados com arte, vão se fortalecendo identidades, construindo vínculos de pertencimentos com a cidade e a humanidade tem a chance de ser reconstituída, num território tão hostil às populações racializadas, como é o território catarinense.

Propomos nesse artigo uma reflexão sobre a possibilidade de construir uma educação formal antirracista em conexão com o movimento negro, reconhecendo a potência do seu caráter educativo, aliando epistemologias como a filosofia ubuntu e a perspectiva do sentipensar, bem como seus desdobramentos, que perpassam por valores como a coletividade e a amorosidade, contrapondo as perspectivas ocidentais das propostas curriculares, que podem nos ajudar a pensar outras possibilidades educacionais capazes de promover o necessário letramento racial ou letramento de (re)existência.

A pesquisa foi realizada acompanhando a trajetória do Coletivo Ação Zumbi, no período de 2019 até 2023, para a escrita da tese citada acima e antes disso, realizando parcerias profissionais e sociais com membros do coletivo desde 2007.

Na busca por romper com metodologias que reforcem o modo de pensar hegemônico da colonialidade, incorporamos na pesquisa a metodologia do campo-tema. Essa estratégia foi utilizada inicialmente na psicologia social, mas vem ampliando para as ciências humanas, referindo-se à relação que estabelecemos com o campo de pesquisa, que não é necessariamente um lugar específico, portanto diferentes suportes e lugares nos quais o tema de pesquisa se insere, podem ser um legítimo campo de pesquisa.

Dessa forma, os dados coletados com e sobre o grupo, bem como as narrativas dos sujeitos com vínculos ao Coletivo Ação Zumbi, são frutos de vídeos, imagens e registros por escrito publicados nas redes sociais do *facebook, instagram e youtube*, bem como de materiais impressos publicados pelo coletivo ou pela imprensa local, além da nossa observação presencial nos ensaios, reuniões, apresentações dos espetáculos e conversas com os membros do coletivo. Essa metodologia, aliada a pesquisa bibliográfica, tornou-se adequada para os tempos pandêmicos que vivemos, com restrições de socialização; além de ser uma metodologia respeitosa com a própria natureza do grupo de expressar-se em performances multidimensionais em diferentes locais físicos e virtuais, nas quais o Coletivo ao longo de sua história teve a preocupação de continuamente deixar registrada sua memória.

Conectando escola e o movimento negro educador

Trilhando o caminho de aliar o conhecimento escolar formal, com a educação não formal do movimento negro, seja ele social ou também artísticos, a exemplo do Coletivo Ação Zumbi, por acreditar que ambas as categorias de educação são importantes e atuam na nossa vida de forma complementar, se entrecruzando constantemente a partir de suas especificidades, propomos a adoção de uma proposta pedagógica que defenda essa conexão.

Percebemos as performances do Ação Zumbi enquanto inspiração para uma educação antirracista e decolonial na educação básica, a partir do diálogo que este coletivo tem estabelecido ao longo de sua trajetória com a educação formal e com o seu compromisso educacional não formal. Afinal, conforme contribui o educador Jaume Trilla (2008: 93) “é preciso reconhecer que a escola não está apta para todo tipo de objetivo educacional [...]. Há,

portanto, necessidade de se criar meios e ambientes educacionais complementares àquela que passa a ser denominada de não-formal".

Reconhecer a dimensão educativa do Coletivo Ação Zumbi é assumir que suas experiências e performances educam. Sendo concebido enquanto Movimento Negro, o Coletivo, a partir de sua proposta de atuação, pode ser visto como uma instituição educativa não formal que contribui na promoção da igualdade racial, atuando nos fortalecimentos de vínculos entre memória e identidade. Nesse sentido:

> *Os movimentos sociais são produtores e articuladores dos saberes construídos pelos grupos não hegemônicos e contra-hegemônicos da nossa sociedade. Atuam como pedagogos nas relações políticas e sociais. Muito do conhecimento emancipatório produzido pela sociologia, antropologia e educação no Brasil se deve ao papel educativo desempenhado por esses movimentos, que indagam o conhecimento científico, fazem emergir novas temáticas, questionam conceitos e dinamizam o conhecimento (GOMES, 2021: 16).*

O conceito de movimento negro sofreu algumas transformações ao longo do tempo, por isso adotamos nessa pesquisa o conceito de movimento negro do século XXI, cunhado pela professora Nilma Lino Gomes (2021, p. 25):

> *Entende-se como Movimento Negro as mais diversas formas de organização e articulação das negras e negros politicamente posicionados na luta contra o racismo e que visam à superação desse perverso fenômeno na sociedade. Participam dessa definição os grupos políticos, acadêmicos, culturais, religiosos e artísticos com o objetivo explícito de superação do racismo e da discriminação racial, de valorização e afirmação da história e da cultura negras no Brasil, de rompimento das barreiras racistas impostas aos negros e às negras na ocupação dos diferentes espaços e lugares na sociedade.*

Partindo do pressuposto que as experiências sociais são produtoras de conhecimentos válidos, podemos considerar o movimento negro um sujeito político que produzem ao mesmo tempo que são produtos das experiências sociais que promovem, colaborando na ressignificação da questão étnico-racial no Brasil, sendo, portanto, um sujeito de conhecimento.

Os movimentos realizam diagnósticos sobre a realidade social, constroem propostas. Atuando em redes, constroem ações coletivas que agem como resistência à exclusão e lutam pela inclusão social (GOHN, 2011: 336). Enquanto ator coletivo e político o movimento negro é educador e promove uma educação não formal ao ressignificar e politizar a raça, "compreendendo-a como construção social. Ele reeduca e emancipa a sociedade, a si próprio e ao Estado, produzindo novos conhecimentos e entendimentos sobre as relações étnico-raciais e o racismo no Brasil, em conexão com a diáspora africana" (GOMES, 2021: 38).

O Relatório do Parecer do Conselho Nacional de Educação sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana propõe enquanto uma das ações de combate ao racismo e as discriminações, a "participação de grupos do Movimento Negro e de grupos culturais negros, bem como da comunidade em que se insere a escola, sob a coordenação dos professores, na elaboração de projetos políticos-pedagógicos que contemplem a diversidade étnico-racial" (BRASIL, 2010: 242).

Um outro aspecto relevante ao pensar o movimento negro e a educação é recordar que historicamente, por muito tempo a população negra brasileira foi impedida e dificultado o seu acesso ao ensino formal. Por isso, como salienta a professora negra Eliane Cavalleiro (2010: 16), "a educação formal sempre se constituiu em marco no panorama das reivindicações do movimento negro na luta por uma sociedade mais justa e igualitária".

Claudia Miranda também ressalta em suas pesquisas o importante papel do movimento negro na América Latina e no Brasil, na defesa do direito a educação.

> *No caso do Brasil, faz mais sentido observar as especificidades da luta ancorada no ideário da Negritude perpassando, de modo avassalador, os diferentes coletivos formados, em âmbito nacional, e que têm proposto uma agenda comum em busca de acesso e mobilidade social para os (as) negros (as) (2016: 557).*

O movimento negro é produtor de um conhecimento nascido na luta. Um conhecimento que se organiza não só como conhecimento intelectual, mas também nas práticas sociais, culturais, políticas e nas práticas pedagógicas. É um conhecimento de resistência, de afirmação e de (re)existência. A essa organização político-epistemológica Nilma Lino Gomes tem chamado de conhecimentos ou saberes emancipatórios produzidos historicamente pela população negra, articulados e sistematizados pelo movimento negro, na qual:

> *O projeto educativo emancipatório do movimento negro, do ponto de vista institucional, tem como foco a educação básica e o ensino superior. Porém, ele não se reduz a educação formal. Ele visa a educação como processo de formação humana, vivido por todos nós. Visa ainda, promover um processo social, cultural, pedagógico e político de reeducação do negro e da negra sobre si mesmos e sobre o seu lugar de direito na sociedade brasileira. E reeduca os outros segmentos étnico-raciais e sociais na sua relação com o segmento negro da população, suas lutas por direitos e suas conquistas (GOMES, 2021: 130).*

Entre os saberes produzidos pelo movimento negro Nilma Lino Gomes destaca três tipos: os saberes identitários, os saberes políticos e os saberes estéticos-corpóreos. Esses saberes vão contra o epistemicídio, porque produzem um conhecimento que rompe as fronteiras da racionalidade, do cognitivo, desafiando a visão positivista de ciência, de conhecimento, indagando a separação entre razão, emoção, espiritualidade e arte. São saberes construídos a partir de práticas sociais, culturais, políticas ao longo da histórica luta de existência e (re)existência.

Esses saberes colaboram na promoção de uma ruptura epistemológica que tensiona o racismo epistêmico com saberes que valorizam a ancestralidade e atuam na formação de subjetividades. O fortalecimento do orgulho da ancestralidade africana poderá contribuir com a autoestima da população negra e estimular um maior respeito da população branca para com a cultura e a população negra, na expectativa que essas experiências atuem para minimizar o adoecimento de ambos os grupos e ampliar o conhecimento e reconhecimento da ancestralidade negra na história do Brasil.

Diferentemente da branquitude[1] que apesar de não reconhecer a sua racialização, racializa os outros, apresentando-se como universal e padrão, impondo com o seu racismo a não existência do outro e a monocultura do saber, do corpo e do gosto estético; a negritude produz uma outra lógica, transformando o motivo da discriminação em união. Como diz Munanga (2009: 20) a negritude:

> *[...] é a tomada de consciência de uma comunidade de condição histórica de todos aqueles que foram vítimas da inferiorização e negação da humanidade pelo mundo ocidental, [...] numa convocação permanente de todos os herdeiros dessa condição para que se engajem no combate para reabilitar os valores de suas civilizações destruídas e de suas culturas negadas.*

A perspectiva pedagógica proporcionada pelos movimentos sociais põe em questionamento as relações de poder, o patriarcado, o capitalismo, o racismo e politiza a raça. A conexão desses saberes com a educação formal pode promover fissuras na colonialidade da educação presente nas escolas, construindo contra-narrativas que trazem novos paradigmas, contribuindo dessa forma com todos os grupos sociais. Como nos diz Catherine Walsh, a

[1]O conceito de branquitude utilizado é o cunhado por Lourenço Cardoso, referindo-se à identidade racial formada pelos brancos, que em sociedades racistas constituem-se enquanto grupo que ocupa maior poder na hierarquia racial, sendo detentor de privilégios simbólicos e materiais (CARDOSO, 2014).

pedagogia decolonial mais importante hoje é reconectar, compartilhando saberes e resistências, pensando a decolonialidade não como uma teoria e sim como uma práxis, numa luta constante de todos os dias, praticada há muito tempo pelos movimentos sociais.

Dentro da diversidade de atuação do movimento negro, o teatro negro exerce um papel particularmente importante na pedagogização do racismo e do antirracismo, conforme exemplifica o artista negro Jé Oliveira, em entrevista, no livro de Julianna Rosa de Souza (2021: 250):

> *A gente cumpre um pouco dessa pedagogia social do letramento racial, o teatro cumpre bastante isso. Então, os conteúdos passam por todos esses patamares e dialoga muito, com as pautas do movimento negro, como por exemplo, a valorização da mulher negra, o genocídio do homem negro, o preconceito racial, a discriminação, tudo isso está contidos nas criações e perpassa bastante o conteúdo poético.*

As formas adotadas pelo movimento negro para indagar o currículo e educar são contra-hegemônicas, fazendo uso de diferentes linguagens capazes de promover o letramento racial ou letramento de re-existência[2].

Decolonizar as linguagens para (re)existir

Diante de uma realidade racista, a colonialidade do nosso sistema educacional que consolida o epistemicídio, tende a atingir particularmente as comunidades afrodescendentes, entre outras crianças. Nesse cenário dominado pelos privilégios da branquitude, sujeitos negros diaspóricos precisam, por uma questão de sobrevivência, gestar uma linguagem que também se movimenta, e se transfigura, se reinventa, e possibilita transgredir o status quo como um ato de

[2] Na tese "Coletivo Ação Zumbi: Uma história de (re)existência e inspiração para uma educação antirracista e decolonial", realizamos uma distinção entre esses dois conceitos, letramento racial e letramento de re-existência, onde o primeiro, inspirado no que propõe a psicóloga Lia Vainer Schucmann (2018) é considerado mais amplo, podendo ser realizado por qualquer pessoa, independente do seu pertencimento étnico-racial, como um processo pedagógico a ser desenvolvido individualmente para o tratamento das tensões raciais e o segundo, partir dos estudos da linguista Ana Souza (2009), é apontado como uma reinvenção de práticas que os ativistas de movimentos sociais negro realizam, reportando-se às matrizes e aos rastros de uma história ainda pouco contada, como uma estratégia de resistência cultural e re-existência.

liberdade (BELL HOOKS, 2013), tendo como base a oralidade. Como reafirma Cunha Junior (2010: 31):

> *O discurso oral tem um lugar privilegiado nas sociedades africanas. A oralidade funciona como uma matriz cultural de construção do discurso e tem diversos empregos nas diferentes sociedades do continente. Desse discurso oral, emergem as mitologias, provérbios, histórias e literaturas. A oralidade africana é um conceito amplo, que abrange oratura, oralitura, inscritura, tradição oral, literatura oral e história oral. São formas da arte verbal e da construção do pensamento na sua forma verbal. O discurso verbal pensado e composto com diversas formas de expressão, como teatro, a música, a dança e a expressão corporal. O discurso composto incorpora os instrumentos musicais e o corpo.*

Ana Lucia Silva Souza (2011) ao trabalhar em suas pesquisas de mestrado com rap enquanto uma linguagem de resistência e reexistência dos movimentos sociais negros e da sua possível inclusão e contribuição no ensino formal, cunhou o conceito de letramento de re-existência. No seu entendimento, seria uma reinvenção de práticas de uso da linguagem que os sujeitos realizam levando em conta as experiências educativas – de que compartilham na esfera escolar, como estudantes – e as produzidas na esfera do cotidiano em suas comunidades, as engendradas pelo movimento social negro, tornando-as próprias, o que pode contribuir para repensar os múltiplos letramentos dentro e fora da escola.

Podemos dizer, portanto, que o letramento de re-existência é uma ferramenta conceitual resultante de práticas de resistências, na qual se aprende a enfrentar o racismo no Brasil, a partir do desenvolvimento da habilidade de leitura da hostilidade do mundo e da reinvenção de modos de vida a partir da arte. Segundo a professora Gevanilda Santos, que trabalha também com o conceito de letramento de re-existência da pesquisadora Ana Lucia, "tal prática é incorporada por e com o Movimento Negro Brasileiro, e impactam os indivíduos e a sociedade brasileira, proporcionando compreensão do lugar e a posição que negros e brancos ocupam na dinâmica socioeconômica, política e cultural do Brasil" (SANTOS, 2018: 403).

A experiência de pesquisa da professora Ana Lucia, sugere não somente aproveitar o conhecimento e potencial artístico dos estudantes, vinculados a várias expressões do hip-hop, desenvolvendo práticas culturais específicas de leitura e de escrita, como metodologia para facilitar sua aprendizagem formal como também de trazer esses jovens para conduzirem as aulas e compartilhar suas experiências pessoais, sociais, políticas e artísticas, promovendo

assim uma educação decolonial e antirracista, que a autora nomeia com originalidade de letramento de re-existência.

A prática do Coletivo Ação Zumbi enquanto movimento social, historicamente tem reivindicado direitos, denunciado violências, provocado reflexões, tensionado a branquitude a rever seus posicionamentos e convidado estudantes e docentes a questionar a história oficial. Desde a sua primeira ação educativa e artística, na qual todas as escolas municipais de São José foram convidadas a expor e visitar uma feira afro onde o público teve a oportunidade de conhecer inúmeras possibilidades pedagógicas de inserir a história e a cultura afro-brasileira e africana no currículo, além da oportunidade de apreciar as obras dos artistas negros locais como o artista plástico Décio David, o músico Seu Gentil do Orocongo, além de nacionais, como o cineasta Joel Zito.

Os letramentos são múltiplos e críticos, são estratégias decoloniais que promovem o diálogo sem hierarquização, engajando sujeitos e grupos sociais distintos, aproximando a educação formal escolar com a educação não formal, das sabedorias construídas na experiência dos mais velhos, nas ruas, casas e terreiros. Desestabilizando verdades e aproximando realidades distintas para promover a aprendizagem, o letramento.

Filosofia Ubuntu - uma epistemologia outra

O diálogo com a filosofia ubuntu tem a pretensão de apresentar uma possibilidade epistemológica outra, de organização da vida coletiva que não se enquadra nos moldes ocidentais hegemônicos da dinâmica de funcionamento das sociedades, inspirando assim na definição de novos caminhos de uma educação antirracista e como alternativa para a construção uma verdadeira democracia racial no Brasil, revendo nossas relações raciais, sociais e ampliando as estratégias de promoção da igualdade racial já implementadas a partir de uma existência comunitária antirracista.

Em outros termos, acreditar que um outro sistema-mundo é possível, onde se possa:

> *viver de um modo mais solidário, aprendendo mais com os que se foram, dando aos que virão a devida importância e, sobretudo, vivendo a vida de um modo compartilhado,*

> *recuperando as férteis possibilidades que diversos povos africanos deixaram como legado e continuam reinventando continuamente através dos mais diversos modos de existir, resistir e re-existir. Com efeito, ubuntu como modo de existir é uma re-existência, uma forma afroperspectivista de configurar a vida humana coletivamente, trocando experiências, solidificando laços de apoio mútuo e aprendendo sempre com os outros (NOGUERA, 2012: 149).*

O princípio filosófico do ubuntu, faz parte de uma tradição cultural que abrange grande parte da África, que faz parte do tronco linguístico dos povos banto. Quando pensamos sobre cultura banto não estamos nos referindo há uma única cultura e sim uma multiplicidade cultural. A expressão banta foi registrada pelo filólogo alemão Willelm Bleck em 1860 a partir da observação de cerca de duas mil línguas africanas que ele estudou. Ao analisar essas línguas, Bleck percebeu que a palavra muNTO existia em todas elas com o mesmo significado ("gente", "indivíduo", "pessoa") e que baNTO seria o plural de muNTO (LOPES, 2014: 37). Portanto, "banto" é uma designação apenas linguística que une centenas de grupos étnicos que se localizam na grande floresta equatorial, ao longo dos afluentes do rio Congo, e, abaixo dela, numa faixa que vai de Angola e Namíbia, passando pelo sul do Zaire, até o oceano Índico (LOPES, 2014: 28).

Essa discriminação contra o banto que atinge a população negra de modo geral, talvez esteja relacionada ao fato que "a grande maioria dos africanos trazidos ao Brasil na condição de escravizados teria vindo da parte meridional do continente, habitat dos povos bantófonos" (LOPES, 2014: 26), cujas matrizes culturais residem no "antigo reino do Congo, plantado no Centro Oeste da África negra e cujos domínios se estendiam por Angola, Gabão, República dos Camarões, Matamba e chegando até o oeste do Moçambique e o Norte da África do Sul" (LIGIÉRO, 2011: 136). Por outro lado, esses sujeitos escravizados africanos das culturas bantófonas que o Brasil recebeu por mais de três séculos, não foram apenas mãos trabalhadoras, da principal mão-de-obra utilizada para movimentar a economia brasileira entre os séculos XVI ao XIX. Essas pessoas não podem ser reduzidas à análise econômica do Brasil, porque elas são portadoras de história, de cultura, de filosofia, de família, de sentido de pertencimento coletivo, apesar do sequestro e da desumanização que sofreram.

A reconstrução dessa coletividade vai acontecer nos terreiros, na capoeira, nos quilombos, nas rodas e nas escolas de samba, nas irmandades, nas festas e diversas manifestações culturais de dança, cortejos e teatralização, todas com a musicalidade fortemente presente (SIMAS, 2023).

Para as culturas banto, a criação da humanidade está fundamentalmente ligada à música, vivenciada sempre na coletividade para dar sentido à existência. Não há nenhum momento da vida de uma pessoa que não seja acompanhada pelo ritmo, sem fazer distinção entre o profano e o sagrado. Porque você profana o sagrado e sacraliza o profano o tempo inteiro e nesse processo vai construindo sentidos de corporeidade. Segundo um mito de criação dos Bakongos, de origem banto, da região do Congo, a humanidade é filha do tambor, que criou a festa, a música, a dança e a própria vida (SIMAS, 2019: 125).

A concepção de mundo encontrada nas culturas bantas, foi publicada em 1948 pelo missionário belga Placide Tempels, a partir de sua convivência com os bantos da atual República do Zaire. A obra chamada de *La philosophie bantoue* (1948) reconhece a existência de um "pensamento fundamentado em uma metafísica dinâmica e em uma espécie de vitalismo que fornecem a chave da concepção do mundo entre os povos bantos" (LOPES, 2014: 31). Nela, a noção de força toma o lugar da noção de ser que se constitui no coletivo e, assim, toda a cultura banta é orientada no sentido do aumento dessa força e da luta contra a sua perda ou diminuição.

Os bantos privilegiam seus antepassados, encontrando em sua estrutura social, tanto produtiva quanto cultural, a presença marcante dos antepassados e seu culto, buscando sempre ampliar a força-vital. Conforme o filósofo negro Eduardo Oliveira, o nascimento de um ancestral gera um aumento qualitativo de força vital no mundo, que "é energia, a fonte de toda a vida. Vida é movimento. Para que haja movimento é preciso haver trocas. [...] A concatenação dos seres no movimento de integração é o que chamamos de energia fundamental da vida: a força vital" (OLIVEIRA, 2003: 113). Nesse sentido:

> *A tradição africana tem sua própria lógica. [...] Com efeito, a tradição não existe sem a ancestralidade. Note-se o caráter integrativo desta cadeia de raciocínio. A ancestralidade, por sua vez, não é a afirmação do eu, egóico, narcisista; na ancestralidade o que conta é a história de um povo, o arsenal simbólico adquirido por este durante o percurso do tempo. Quem conta a história do eu é a sua tradição. A história do eu está vinculada à história de seus ancestrais. O eu faz parte de um todo e é importante justamente na medida em que compõe esse todo, e não o contrário. É por isso que podemos dizer que sem ancestralidade não há identidade (OLIVEIRA, 2003: 118).*

A ancestralidade é um valor social contido nas sociedades tradicionais africanas que têm resistido até a atualidade apesar da urbanização moderna ou da presença de religiões europeias.

A ancestralidade está presente nos mitos de criação dos diversos povos africanos, na religiosidade e nas performances negras. Os ancestrais mais antigos são considerados como sagrados, cultuados e respeitados como iniciadores de uma determinada cultura e povo. Na ancestralidade reside a definição de uma família, de grupos locais, de etnias e de povos africanos e ainda são esses ancestrais mais antigos que "fazem a ligação entre o mundo visível e invisível, A ancestralidade implica também uma visão sobre a morte, como continuidade da vida inteligente no mundo invisível e o ressurgimento desta noutra vida corpórea no mundo visível" (CUNHA JUNIOR, 2010: 32).

Segundo o historiador e ativista negro Henrique Cunha Júnior (2010: 26), os povos de língua Bantu, "refletem a organização de uma filosofia do ser humano, da coletividade humana e da relação desses seres com a natureza e o universo". Essa filosofia tem a denominação de ubuntu e é considerada a "a raiz da filosofia africana" (RAMOSE, 1999: 1). O filósofo sul-africano Mogobe Bernard Ramose, explica que a palavra ubuntu compõe-se a partir da junção de duas palavras em uma:

> *Consiste no prefixo ubu e na raiz ntu. Ubu evoca a ideia da existência, em geral. Abrindo-se à existência antes de manifestar a si mesmo na forma concreta ou no modo de existência de uma entidade particular. Ubu aberto à existência é sempre orientado para um desdobramento, que é uma manifestação concreta, incessantemente contínua, através de formas particulares e modos de ser. Neste sentido, ubu é sempre orientado para um ntu, energia. São mutuamente fundadas no sentido em que são dois aspectos da existência como uma unicidade e inteireza indivisível. Portanto, ubu-ntu é uma categoria ontológica e epistemológica no pensamento africano do povo de língua banta (RAMOSE, 1999: 2).*

Na sociedade, o Ubuntu representa a existência respeitosa e equilibrada entre os seres da natureza. No Ubuntu repousa a comunidade e suas relações sociais baseadas na tradição, na ética social e no reconhecimento de todos como indispensáveis. A filosofia africana ancestral "revela que conectividade se explica a partir do princípio de participação cósmica ou solidariedade participativa. Tudo o que existe está em conexão e deve conviver harmoniosamente por que tem a origem comum" (RAMOSE, 2002: 85).

A filosofia ubuntu pode ser traduzida por "eu sou, porque nós somos", incluindo nesse "nós" os outros seres não humanos e os humanos que já não estão entre nós, assumindo uma racionalidade e uma ética diferente dos valores ocidentais que têm privilegiado o individualismo, a rivalidade, o egoísmo. A ética do ubuntu valoriza a coletividade, a

solidariedade, o respeito, a generosidade e a cooperatividade. Para esta filosofia, a humanidade deve caminhar de mãos dadas rumo ao mesmo objetivo, expressando que pessoas são mais importantes que as coisas, estabelecendo que "a marca da natureza é a unidade, nesta perspectiva o fundamental não é o EU, mas sim o nós. [...] Trata-se de entender que você precisa dos outros para ser você mesmo" (PINHEIRO, 2021: 63). A unidade se afirma na essência numa cosmovisão que indissocia o EU do NÓS.

Há um ditado Zulu e Xhosa que diz "umuntu ngumuntu ngabantu" (uma pessoa é uma pessoa através de outras pessoas), indicando, como contribui o filósofo negro Renato Nogueira, que "um ser humano só se realiza quando humaniza outros seres humanos. A desumanização de outros seres humanos é um impedimento para o autoconhecimento e a capacidade de desfrutar de todas as nossas potencialidades humanas" (NOGUERA, 2012: 148). Se negligenciar o outro é, na perspectiva do Ubuntu, desumanizar-se, é importante ir ao encontro desse outro, reconhecê-lo e construir com ele uma solidariedade afetiva, calorosa, como a própria etimologia da ética indica.

A ética ubuntu traz uma visão ampliada da existência e dos direitos humanos, pensando também nos direitos biocósmicos ou seja, aqueles que envolvem a humanidade e tudo que a cerca e convive, reconhecendo que são constituintes, sem os quais seria impossível a auto sobrevivência humana. Nesse sentido contribui o filósofo congolês Bas´Ilele Malomalo:

> *nas cosmovisões africanas, existe um entendimento do que a vida/energia está presente inerentemente em todas as formas de vida que traduzem o Ntu. A própria palavra Ntu significa Vida/Força ou Energia; Ubuntu deve se traduzir, como sempre faço, em Vida-Força-em-Movimento. Falo de direitos biocósmicos desse ponto de vista, [...] que seriam todos aqueles direitos que devem ser defendidos conjuntamente, levando-se em conta a particularidade de cada forma de comunidade-de-vida e as complementaridades entre diferentes formas-de-vida. Em outras palavras, a natureza é entendida nessa perspectiva teórica e política como a composição de seres que formam a Comunidade-Natureza-e-Universo (MALOMALO, 2019: 87).*

Ubuntu pode ser considerada uma filosofia de existência, um princípio ético-relacional de justiça, que foi definido por Bispo Desmond Tutu, um dos difusores contemporâneos da ideia de ubuntu, da seguinte maneira:

> *Ubuntu é a essência do ser humano. Ele fala de como a minha humanidade é alcançada e associada à de vocês de modo insolúvel. Essa palavra diz, não como disse Descartes, "Penso, logo existo", mas "Existo, porque pertenço". Preciso de outros seres humanos para*

> *ser humano. O ser humano completamente autossuficiente é sub-humano. Posso ser eu só porque você é completamente você. Eu existo porque nós somos, pois somos feitos para a condição de estarmos juntos, para a família. Somos feitos para a complementaridade. Somos criados para uma rede delicada de relacionamentos, de interdependência com os nossos companheiros seres humanos e como o restante da criação (TUTU, 2012: 42).*

O Coletivo Ação Zumbi tem como princípio, a elaboração coletiva de suas performances e durante seus encontros, sejam eles de confraternização, ensaio ou apresentação, buscam enquanto grupo, fortalecer uns aos outros, numa rede de solidariedade, partilha, alegria e afeto, expressando, portanto, uma coletividade que se identifica com o ubuntu. Mesmo que os diálogos e ações estabelecidos no grupo nem sempre recebam a denominação ubuntu, há uma intencionalidade consciente da incorporação do seu conceito e valores por parte de seus integrantes.

As dimensões do cantar, dançar, batucar e narrar, presentes nas performances do Ação Zumbi utilizam predominantemente ritmos de origem africana da cultura banto. No espetáculo "Amor Negro Amor", desde a linguagem utilizada em alguns diálogos, onde há alterações fonéticas produzidas pelas línguas bantas no português do Brasil3, como por exemplo nas falas: "Ao meno a gente tem a venda e a roça, donde se tira o de comer" ou "A Rosa que ocê falou é minha mãe", que seriam classificadas como "pretuguês", por Lélia Gonzalez, por se tratar de uma "africanização do idioma falado no Brasil" (GONZALEZ, 2020: 10). Assim como em algumas canções africanas a exemplo de Nkosi Sikelele Africa, da cantora e ativista sul-africana Miriam Makeba, que pede ao senhor para proteger a África ou ainda, nos ritmos musicais utilizados como o lundu, o samba, rap, funk, jongo, congo, que tem vinculação com da percussão dos tambores utilizados nas cerimônias religiosas dos terreiros, temos a presença cultural banta, interagindo também com a cultura de origem iorubá, que agrega outros ritmos.

O maestro do Coletivo, Estêvão Javela Lusseque, angolano do povo ovimbundu, percebe a identificação de alguns elementos culturais banto com os valores compartilhados pelo grupo. Um deles é a valorização dos ensinamentos dos mais velhos, referindo-se ao provérbio de sua cultura que diz na língua umbundu: "Vo melã ya ukulu te pakamba ovaio, pole yakambele elilongiso", que quer dizer "Na boca do ancião pode até faltar dentes, mas nunca faltam palavras de ensinamento". A integração do ritmo, da música, da dança e interação coletiva, ampliando a força vital e a alegria é um outro elemento sempre presente nos ensaios e apresentações, estimulada pela palavras-chave de origem banta umbundu, como "yolela", que significa sorria,

fique alegre, repetida com entusiasmo aos membros do Coletivo ou com brincadeiras como a "ocipepe" que significa redemoinho de vento, em umbundo. Essa brincadeira consiste em tentar reproduzir o movimento do redemoinho com dança e percussão corporal a cada repetição da "ocipepe" pelo condutor da brincadeira.

A filosofia ubuntu adotada em toda a África com denominações e diferenciações conforme a região e recentemente popularizada superficialmente no Brasil, é reconhecida por Estevão a partir do termo "kumosi", que seria uma abreviação da expressão Oku kala kumosi, significando estar juntos, para o povo ovimbundu, o que representa uma ideia semelhante de ubuntu.

Os tambores e a percussão de modo geral, exercem uma presença marcante no espetáculo em todas as histórias representadas, seja com a utilização do atabaque, pandeiro, agogô, gonguê, surdo, reco-reco, tamborim, congas ou caxixi, que convidam o corpo a dançar, a interpretar, a incorporar. Diferentemente das filosofias ocidentais, a filosofia africana tem a corporeidade e a oralidade, como suportes educacionais para seus valores culturais, artísticos e religiosos.

A adoção da perspectiva ubuntu na educação reflete não apenas a escolha epistemológica do coletivo Ação Zumbi, mas tem consonância com a proposta pedagógica que defendemos nesta pesquisa, da educação escolar estar atenta a educação das sensibilidades, do comprometer-se com o outro, de solidarizar-se e ir ao encontro dos movimentos sociais, de mãos dadas com a comunidade local, reconhecendo sua incompletude e a necessidade de estar aberta para aprender com outros sujeitos, espaços, linguagens e saberes, que ultrapassam as prescrições curriculares da escola.

Nesse sentido, a pedagogia das ausências é vista como aquela que ao perceber o corpo negro como ausente do currículo, problematiza essa lacuna no pensamento educacional e a pedagogia das emergências seria a que considera como emergente reconhecer e incluir os saberes produzidos e sistematizados pelo movimento negro.

A professora Nilma ressalta que se não fosse o ubuntu, praticado ao longo da história pela população negra, esta não teria sobrevivido às atrocidades cometidas pela branquitude na diáspora e que retomar ubuntu em tempos de golpe é uma saída estratégica tanto para a

produção de conhecimento, quanto para a articulação política e eu diria que isso os saberes ancestrais nos ensinam, nos reeducam e nos legam (GOMES, 2018).

O diálogo com o sentipensar

As culturas de origem africanas e afro-diaspóricas têm uma lógica diferente da ocidental, uma lógica da corporeidade em que o pensamento atravessa o corpo, um tipo de pensamento e de filosofia que Muniz Sodré (2017) vai chamar de "toque de tambor", onde a música e a dança assumem formas de manifestação de pensamentos e sentimentos. O sentir se expressa através do corpo, como uma forma de expressar o pensamento.

O sentir interfere na dimensão cognitiva, na produção do conhecimento. Uma educação em sintonia com a sociedade do século XXI, não pode se limitar à transmissão de conhecimentos fragmentados e disciplinares, distantes da realidade, mas necessita buscar a inter-relação dos saberes levando-se em conta a implicação emocional, as subjetividades e pluralidade dos sujeitos no processo educacional, para além da racionalidade.

O professor de filosofia Saturnino de La Torre indica que o processo mediante o qual colocamos para "trabalhar conjuntamente o pensamento racional e o sentimento, é a fusão de duas formas de interpretar a realidade, a partir da reflexão e do impacto emocional, até convergir num mesmo ato de conhecimento a ação de sentir e pensar" (LA TORRE, 2001: 1).

O conceito "sentipensante" também foi utilizado por pescadores colombianos, durante uma entrevista ao sociólogo colombiano Orlando Fals Borda, para explicar que os seres humanos devem conciliar o coração e o corpo, bem como a razão e o sentimento, naquilo que escolhem fazer e no seu modo de vida. Para Fals Borda (2003: 9), sentipensante seria "aquella persona que trata de combinar la mente con el corazón, para guiar la vida por el buen sendero y aguantar sus muchos tropiezos". Pensando na educação, trata-se de uma aposta na possibilidade de um outro perfil de educador, de investigador e de intelectual, em oposição à atitude fria e supostamente neutra do cientista convencional e eurocêntrico. Esta conciliação produz um saber empático que um docente ao ensinar, considerando a dimensão do afeto, estará também aprendendo.

Para Saturnino de La Torre (2001), o termo traduz um processo de fusão e de integração do “sentir-pensar”, que envolve o âmbito afetivo-emocional, o cognitivo, o biológico, psicológico e o sociocultural como partes de uma realidade complexa, diante da pluralidade racial, sexual, de gênero, cultural, entre outras, que estão presentes na sala de aula e na sociedade.

Pensar pedagogias que além de incluir e valorizar a dimensão emocional nas relações constituídas com os sujeitos da comunidade escolar, incorporem o sentipensar como componente orientador das propostas curriculares, problematizando, humanizando, sensibilizando os estudantes e o modo como se relacionam com o conhecimento é um dos procedimentos pedagógicos chaves para uma educação decolonial.

Em meados do século passado, o senegalês Léopold Sédar Senghor, um dos nomes de destaque do movimento cultural negritude, destacava em seus escritos a importância das várias formas de produção do conhecimento, a exemplo da subjetividade (emoção), da qual muitas culturas africanas fazem uso para conhecer a realidade. Nesse sentido, nos interessa refletir sobre outras possibilidades de produzir conhecimento, de pensar, sem privilegiar com exclusividade a racionalidade ocidental e a branquitude, problematizando o conhecimento e incluindo a emoção que pode ser despertada, estimulada com a música, a poesia, o teatro e outras expressões artísticas. Essa mudança de paradigma no fazer ciência, traz consigo um processo de reflexão do sentir, que pode ser uma ferramenta analítica interessante para lidar abordar sobre a raça.

O estabelecimento uma educação antirracista exige uma reeducação das sensibilidades, além da inclusão da categoria da raça nos documentos e práticas escolares, assim como o respeito com as subjetividades dos sujeitos e a valorização das diferenças, para que o ambiente seja favorável para aprendizagem de todas e todos. Reconhecendo que o racismo constitui subjetividades de pessoas negras e pessoas brancas, o modo como o racismo e o antirracismo afetam as pessoas, dependerá também das mediações, experiências e narrativas apresentadas no cotidiano escolar.

Como ressalta a professora Jeruse Romão (2001), uma prática pedagógica que promova a autoestima, necessariamente precisa se comprometer com o respeito do indivíduo e suas relações coletivas, sendo que o docente que não foi preparado para trabalhar com a diversidade,

nem busca suprir essa lacuna na sua formação, tende a padronizar o comportamento de seus estudantes:

> *Para reverter estruturas convencionais e discriminatórias, precisamos estabelecer relações de identidade e afetividade, especialmente na relação professor-aluno. Do contrário, nossa prática discriminatória aciona a "memória de discriminação" tão presente no mundo dos negros e detona pensamentos, atitudes e sentimentos de inferioridade motivados por impedimentos institucionais ou não. Essa memória pode ser ativada em situações de lazer, trabalho e educação. O sentimento de inferioridade imediatamente sugere o sentimento de limite, o de poder apenas uma parte e não o todo. A impossibilidade de ser completo motiva o desprezo das necessidades de enfrentar desafios tão necessários para apreender sobre si, o outro e o mundo (2001: 164).*

Se o desamor está na ordem do dia no mundo contemporâneo, falar de amor pode ser revolucionário, como nos ensina a feminista Bell Hooks. O amor enquanto ação transformadora, permeia todo e qualquer relacionamento humano, desde a infância. No entanto, "aprender como nos amar e como amar os outros dependerá da existência de um ambiente amoroso. O amor-próprio não pode florescer em isolamento (BELL HOOKS, 2021: 65).

Defender o amor enquanto prática cotidiana na educação e na vida exige a adoção de uma ética amorosa. Bell Hooks trabalha com esse conceito, considerando que "uma ética amorosa pressupõe que todos têm o direito de ser livres, de viver bem e plenamente. [...] O compromisso com uma ética amorosa transforma nossa vida ao nos oferecer um conjunto diferente de valores pelos quais viver" (BELL HOOKS, 2021: 87).

Nessa escolha de se conectar com o outro, viver dentro de uma ética amorosa significa, por exemplo, se solidarizar com pessoas e inserir todas as dimensões do amor — "cuidado, compromisso, confiança, responsabilidade, respeito e conhecimento — em nossa vida cotidiana" (Bell Hooks, 2021: 65). Assim sendo, trazer o amor para o ambiente de trabalho pode criar a transformação necessária, "pois quando trabalhamos com amor, renovamos nosso espírito; essa renovação é um ato de amor-próprio que alimenta nosso crescimento. Não é o que você faz, mas como faz" (BELL HOOKS, 2021: 73).

Ao propor que as transformações desejadas para a sociedade ocorram por meio da prática do amor, reconhecendo seu poder para transformar todos os aspectos da vida, (seja no âmbito coletivo, comunitário, político, social ou na vida familiar e pessoal), Bell Hooks nos afasta dos "paradigmas eurocêntricos e coloniais que construíram a sociedade ocidental, baseada em

exploração, individualismo, injustiça, racismo e sexismo, e (re)direciona o nosso pensamento e a nossa prática rumo à ancestralidade" (BELL HOOKS, 2021: 16).

As emoções precisam ser mais valorizadas na educação formal; inclusive a ciência tem demonstrado que elas conduzem nosso pensamento e podem ser importante aliadas na aprendizagem, se bem conduzidas. Para Humberto Maturana (1995), neurobiólogo chileno, todo sistema racional emerge como um sistema de coordenações, tendo como base as emoções vividas no instante em que estamos pensando. Segundo suas pesquisas, as emoções são disposições corporais que surgem a partir de mudanças estruturais (químicas, energéticas, neurais) e que especificam, a cada instante, o domínio de ações em que o indivíduo se encontra.

O filósofo, antropólogo e cantor equatoriano Patrício Guerrero Arias, aprofundando a perspectiva sentipensante, entende que "é preciso coraçonizar as epistemologias dominantes desde as sabedorias insurgentes, para construir sentidos outros da existência" (ARIAS, 2010: 82). Para Arias coraçonizar significa falar com o coração, pensar com afeto, envolver-se com as pessoas e o tema refletido de maneira intensa, emotiva e racional. Esse falar com o coração envolve ser terno e corajoso, raciocinar com amor e decidir com justiça/equidade, escutando com o coração, desprovido de preconceitos raciais, étnicos, sexuais, epistêmicos, de gênero, entre outros.

O termo corazonar é resultado de uma hibridização do vocábulo "corazon" com o verbo "razonar" que significa raciocinar em espanhol. Em português corazonar resultaria em algo como "coraçãozar" para propor uma antropologia comprometida com a vida e com a decolonização do poder, do ser e do saber, visando a uma outra perspectiva antropológica a partir de Abya Yala" (LEROY, 2022: 86).

Seria uma forma de começar a sentipensar com o coração e com todo o nosso corpo, como expressão de outra forma corpopolítica contra a colonialidade do poder, do conhecimento e do ser. Hoje sabemos que "existimos não só porque pensamos, sim porque sentimos, porque temos a capacidade de amar, hoje se trata de recuperar a sensibilidade" (ARIAS, 2010: 88). O coletivo Ação Zumbi acredita nesse propósito, como disse a presidenta Juçara Assis: "Trazer amor, garra e força, isso é o Coletivo Ação Zumbi, isso que nós queremos" (instagram @acaozumbi, outubro 2021). Esse amor que é amparado na valorização da ancestralidade, na gratidão pelos que vieram antes e esse sentimento (o amor) foi a chave escolhida pelo grupo

para recontar a história do povo negro em todas as suas performances, porque como afirma Lelette, "o teatro negro usa como recurso essa memória emotiva, essa memória ancestral, essa memória que nos acompanha a nossa vida toda"[4].

Essa visão do Coletivo dialoga com o corazonar proposto por Arias, ao reconhecer que "a partir das sabedorias ancestrais sempre se soube que a nossa humanidade não reside apenas na razão, mas que o ser humano, desde o mais ancestral dos tempos, teceu a vida a partir do coração, da afetividade, dos universos de sentido que tornam as emoções possíveis" (ARIAS, 2010: 88). Chegar ao coração das pessoas com as performances multidimensionais é um dos grandes objetivos do Ação Zumbi, como relata a diretora, "Eu busco trazer sempre todo tipo de informação pra chegar aos corações, então através das imagens, através dos movimentos, através dos sons, eu quero chegar lá no coração, eu não, o grupo; se o espetáculo conseguir chegar lá em três corações que seja, de uma plateia lotada, já tá ótimo"[5].

Nossas crianças, adolescentes e jovens estão se escolarizando e perdendo a capacidade de se sensibilizar com os problemas sociais, políticos e econômicos por conta dos currículos estéreis que distanciam a realidade da escola, que não tocam seus corações. Os problemas ocasionados pelo capitalismo, racismo, patriarcado, não estão sendo alvos das políticas educacionais e as estratégias metodológicas que adotam tecnologias digitais são incorporadas preferencialmente pelas redes de ensino, sem a necessária reflexão sobre que educação queremos.

Estamos formando gerações que se alienam socialmente do mundo em que vivem e são alimentadas por recursos que borram as fronteiras do real, confundindo a verdade com as fakes news, criando perigos ainda não mensuráveis, navegando num universo que se perde na dimensão da ética, da inclusão, do respeito, da solidariedade, dos direitos humanos e da vida.

É preciso caminhar no sentido de romper com o modo como se produz ciência, se ensina e o que se ensina, criando grietas, como nos ensina Catherine Walsh (2018), lugares de esperança para resistir re-existindo e re-existir resistindo… com outros modos de fazer, ser, pensar, sentir, viver e também de investigar.

Considerações finais

Pensar a educação contemporânea nesse tempo que vivemos é muito desafiador e exige pensar no respeito e na inserção da pluralidade dos sujeitos históricos e das relações no conjunto interseccional raça/gênero das relações de poder, trabalhando com a possibilidade de novos modos de ser. Nesta perspectiva, fica o grande desafio de tentar superar o olhar classificatório em termos raciais e sexuais para as experiências humanas, reconhecendo a participação e a influência da população afro-brasileira e indígena na história desse país e na vida de cada um de nós. Nesse sentido, pensar na adoção da perspectiva pedagógica decolonial na educação brasileira, "não é uma opção teórica é uma opção por uma forma de vida, que implica numa linha política e num posicionamento ético irrenunciáveis", como nos ensina a professora Zulma Palermo (2021).

A perspectiva de pedagogia decolonial mais importante hoje é de se reconectar com a própria história, compartilhando, saberes e resistências, permitindo a emergência da diversidade de narrativas, contribuindo assim, para a construção de relações educacionais e humanas mais dialogais, que possam formar crianças e jovens sensíveis e éticos, para compreender e defender a equidade, a reciprocidade, a solidariedade e a democracia.

Acredito que a autocrítica seja uma estratégia decolonial e antirracista central, por isso reconheço que a branquitude é cega a si mesma. Mas essa cegueira não pode ser paralisante. Enquanto pertencentes ao grupo social dos brancos e das brancas, precisamos estar dispostas a quebrar o pacto com os racistas que convivemos na escola, na família e na sociedade, reconhecendo que não vivemos as mesmas dores, mas podemos ser aliadas, solidárias, empáticas e ter atitudes no lugar que ocupamos. Não ser conivente com falas racistas, não ter receio de causar desconforto pedagógico, questionando os tratamentos diferenciados no cotidiano, são algumas ações que podem colaborar para desmantelar o racismo da branquitude e a crença que os brancos são melhores, mascarando a desigualdade de oportunidades durante toda a vida, num país racista como o nosso.

O lugar do branco e da branca na luta antirracista, não é de protagonista, mas enquanto intelectual de retaguarda e docente comprometida em aprender e desaprender, buscando comprometer-se em fazer a sua parte na promoção de uma educação igualdade étnico-racial. É um lugar de reconhecimento que estamos onde estamos por herdar vantagens estruturais e que

o racismo faz mal para todos no Brasil; com ele perdemos vidas, perdemos a riqueza cultural dessas pessoas, geramos sofrimento e todos somos atingidos por esse sofrimento. Enquanto promotores do racismo, nós, os brancos, em especial, precisamos nos responsabilizar com seu enfrentamento. Afinal, precisamos refletir sobre que Brasil queremos construir? Que sociedade queremos?

A lei 10.639 e todas as demais legislações antirracistas do nosso país, são tão importantes para os brancos, quanto para os negros na escola. As leis existem não apenas para os negros se sentirem representados e incluídos com dignidade na história do Brasil, mas para nós brancos pararmos de nos sentirmos o centro do mundo e ter a oportunidade de reconhecer a riqueza da diversidade cultural e o valor humano dos demais grupos sociais. Essa é uma luta de todos e todas para todos e todas. É uma luta por um país melhor, mas obviamente não ocupamos o mesmo lugar nessa luta, não falamos do mesmo lugar, o protagonismo não é o mesmo. Como sabiamente nos ensina a professora negra Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva.

As políticas educacionais antirracistas são marcos legais relevantes para orientar gestores, docentes e sociedades no exercício da cidadania, mas elas em si não bastam. Assim como não bastam apenas a inserção de conteúdos. Como diz a professora Petronilha (2020), precisamos nos questionar sobre o que sabemos das vidas das famílias negras que moram perto da escola, do nosso bairro, da nossa cidade. Essa história precisa ser conhecida e reconhecida pela sociedade, pela escola, precisa fazer parte do currículo.

Temos consciência que trazer o Coletivo Ação Zumbi para a pesquisa, analisando suas performances, apoiando suas ações, reconhecendo seu potencial educativo e aprendendo com os letramentos raciais que eles proporcionam, não nos fazem ser do movimento negro, no entanto, somos parceiros na luta por um mundo mais justo.

Enquanto docentes percebemos que a educação formal continua estruturada na colonialidade do saber, gerando desigualdades e exclusões, atendendo as necessidades capitalistas, o que nos fez desejar pensar possibilidades de contrapropostas pedagógicas possíveis, de inspiração decolonial e antirracista, que pudessem gerar fissuras no sistema educacional.

Nessa busca por uma experiência antirracista e contra-hegemônica que perpassasse pela educação, decidimos pesquisar o/com o Coletivo Ação Zumbi, movimento negro teatral de

resistência, que atua no Estado como Santa Catarina, lugar que enaltece sua branquitude através do exercício diário de racismo e da valorização do seu passado europeu, tentando apagar da memória, sua origem com os povos originários e a participação secular dos povos de origem africana na formação do seu povo.

Procuramos demonstrar que o protagonismo e o potencial do movimento negro, a exemplo do Coletivo Ação Zumbi é capaz de produzir e compartilhar complexos saberes ancestrais, construídos na luta, através de suas performances multidimensionais, que podem contribuir com a educação escolar, extrapolando as limitações dos currículos prescritos e das linguagens hegemônicas, possuindo a capacidade de construir subjetividades desestabilizadoras.

A incompletude do saber escolar em diálogo e conexão com os saberes dos movimentos sociais e com a ética do ubuntu, que valoriza a coletividade, a solidariedade, o respeito, a generosidade e a cooperatividade, caminham na ampliação da humanidade, que poderá efetivamente implementar uma educação que seja antirracista e não hierarquize os conhecimentos.

Referências bibliográficas

ARIAS, Patricio Guerrero (2010). Corazonar el sentido de las epistemologías dominantes desde las sabidurías insurgentes. *Calle 14: Revista de Investigación en el Campo del Arte*, v. 4, n. 5, p. 82-95, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação (2010). Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. *Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais*. Brasília: SECAD.

CAVALLEIRO, Eliane (2010). Introdução - Valores civilizatórios: dimensões históricas para uma educação antirracista. In: *Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais*. Brasília: SECAD.

CARDOSO, Lourenço (2014). *O branco ante a rebeldia do desejo: Um estudo sobre a branquitude no Brasil*. 2014. 290 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista, Araraquara.

CUNHA JUNIOR, Henrique (2010). NTU: Introdução ao pensamento filosófico africano. *Revista Educação em debate*, v. 1, n. 59, p. 25-40.

FALS BORDA, Orlando (2003). *Ante la crisis del país: ideas-acción para el cambio*. Bogotá: El Áncora Editores; Panamericana Editorial.

GOHN, Maria da Glória Marcondes (2010). *Educação não formal e o educador social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais*. São Paulo: Cortez.
GOMES, Nilma Lino (2012). *Movimento negro e educação: ressignificando e politizando a raça. Educação e Sociedade*, v. 33, n. 120, p. 727-744.
GOMES, Nilma Lino (2021). *O movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação.* Petrópolis: Vozes, 7ª reimpressão.
GONZALEZ, Lélia (2012). Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, v. 2, n. 1, p. 223-244.
HOOKS, Bell (2013). *Ensinando a transgredir*. São Paulo: Martins Fontes.
HOOKS, Bell (2021). *Tudo sobre o amor: novas perspectivas*. São Paulo: Elefante.
LEROY, Henrique Rodrigues (2022). Corazonar. In: Cristiane Maria Campelo Lopes Landulfo de; MATOS, Doris Cristina Vicente da Silva. (Org.). *Suleando conceitos e linguagens: decolonialidades e epistemologias outras*. 1. ed. Campinas: Pontes Editores.
LIGIÉRO, Zeca (2011). *Corpo a corpo: estudo das performances brasileiras*. Rio de Janeiro: Garamond.
LOPES, Nei (2014). A cultura banta no Brasil: Uma introdução. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin. Cultura em movimento: matrizes africanas e ativismo negro no Brasil. *Sankofa: matrizes africanas da cultura brasileira*. São Paulo: Selo Negro.
MALOMALO, Bas´Ilele (2019). Filosofia africana do NTU e a defesa dos direitos biocósmicos. *Problemata: Internacional Journal of Philosophy*, v. 10. n. 2, p. 76-92.
MIRANDA, Claudia; ARAUJO, Helena M. M (2019). Memórias Contra-hegemônicas e Educação para as Relações Étnico-Raciais: práticas coloniais em contextos periféricos. *Perspectiva – Revista do Centro de Ciências da Educação*, v. 37, n. 2, p. 378-397.
MUNANGA, Kabengele (2009). *Negritude: usos e sentidos.* Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
OLIVEIRA, Eduardo (2003). *Cosmovisão Africana no Brasil. Elementos para uma filosofia afrodescendente*. Fortaleza: Ibeca.
PINHEIRO, Bárbara Carine Soares (2021). *História preta das coisas: 50 invenções científico-tecnológicas de pessoas negras*. São Paulo: Editora livraria da Física.
NOGUERA, Renato (2012). UBUNTU COMO MODO DE EXISTIR: Elementos gerais para uma ética afroperspectivista. *Revista da ABPN*, v. 3, n. 6, p. 147-150, nov. 2011 – fev. 2012.
RAMOSE, Mogobe B (1999). *African Philosophy through Ubuntu*. Harare: Mond Books.
RAMOSE, Mogobe B (2002). A ética do ubuntu. Tradução para uso didático de : RAMOSE, Mogobe B. The ethics of ubuntu. In: COETZEE, Peter H.; ROUX, Abraham P.J. (Eds.). *The African Philosophy Reader*. New York: Routledge, 2002, p. 324-330.
SANTOS, Gevanilda (2018). Movimento Negro: Letramento de Vivência e Reexistência. *Revista Da Associação Brasileira De Pesquisadores/as Negros/As*, v. 10, p. 399-424.
SCHUCMAN, Lia Vainer (2018). *Famílias inter-raciais: tensões entre cor e amor*. Salvador: EDUFBA.
SILVA, Petronilha Gonçalves; SCHUCMAN, Lia Vainer; COSTA, Naruna de Lima; MARANHÃO, F (2017). *Ideias - Branquitude E Antirracismo*. 2020. 1 Vídeo (1h49min). Disponível em: https://www.youtube.com/live/7k6ksxJmjSY?feature=share. Acesso em: 25 abr. 2023.
SODRÉ, Muniz. *Pensar nagô*. Petrópolis: Editora Vozes.
SIMAS, Luiz Antônio (2019). *Pedrinhas miudinhas: Ensaios sobre ruas, aldeias e terreiros*. 2. ed. Rio de Janeiro: Módula.
SIMAS, Luiz Antônio (2023). *Raízes africanas da MPB*. 2023. 1 Vídeo (26h12s). Disponível em: https://youtu.be/l-kVSp8VBAo. Acesso em: 14 mar.

SOUZA, Ana Lúcia Silva (2011). *Letramento da reexistência. Poesia, grafite, música, dança: hip-hop*. São Paulo: Parábola.
SOUZA, Ana Lúcia Silva (2009). *Letramentos de Reexistência: culturas e identidades no movimento hip-hop*. 2009. 206 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
SOUZA, Julianna Rosa de (2021). *O teatro negro e as dinâmicas do racismo no campo teatral*. São Paulo: Hucitec.
TORRE, Saturnino de La (2001). *Sentipensar: estratégias para un aprendizaje creativo*. Mimeo.
TRILLA, Jaume & GANEM, Elie. ARANTES, Valéria Amorim (2008). *Educação formal e não formal: pontos e contrapontos*. São Paulo: Summus.
TUTU, Desmond (2012). *Deus não é cristão e outras provocações*. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil.
WALSH, C.; OLIVEIRA, L. F.; CANDAU, V. M (2018). Colonialidade e pedagogia decolonial: Para pensar uma educação outra. *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas*, v. 26, n. 83, p. 1-16.